



Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

DA SUA CONTA

Informativo mensal do Tribunal de Contas de Mato Grosso - Ano 2 - Edição 16

JUNHO DE 2009

PLANO ESTRATÉGICO 2009

Metas de incentivo ao controle social previstas para 2009 já foram superadas

ARTIGO

TRANSPARÊNCIA DAS
CONTAS PÚBLICAS
AGORA É LEI (Pág. 7)



POSSE

CAMPOS NETO EMPOSSADO
CONSELHEIRO DO TRIBUNAL
DE CONTAS DE MT (Pág.3)



CONVÊNIO

INCENTIVO AO CONTROLE
SOCIAL MOTIVA PARCERIA
COM CDL (Pág.7)

Mais pessoas estão interessadas em acompanhar como são gastos os recursos públicos em Mato Grosso. Isso por que o Tribunal de Contas superou as metas para os primeiros meses de 2009, especialmente, nas ações de estímulo ao controle social. De acordo com a Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional do TCE, programas como o “Consciência Cidadã” e o “TCEstudantil” tiveram a participação de mais de quatro mil pessoas em todo o Estado, sendo que a expectativa era de 2,5 mil cidadãos. (Pág. 4 e 5)

Parecer favorável às contas de 2008 de Blairo Maggi

O Tribunal de Contas de Mato Grosso emitiu parecer favorável às contas de 2008 do Governo do Estado, mas com nove recomendações ao governador Blairo Maggi. Por unanimidade, o voto do conselheiro relator Valter Albano foi aprovado pelos demais conselheiros na sessão extraordinária realizada no dia 15 de junho. (Pág.3)



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Relatório elaborado pelo TCE-MT embasou debate sobras paralisadas no Estado. (Pág. 3)

TCE determina concurso público na Sejusp

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública está proibida de realizar novas contratações de pessoal ou de prorrogar as já existentes. As vagas devem ser preenchidas por concurso público. (Pág. 6)

GESTORES DE ÁGUA BOA E SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA RECEBERÃO ORIENTAÇÕES

(Pág.6)





Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

CORPO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Antonio Joaquim

VICE-PRESIDENTE

José Carlos Novelli

CORREGEDOR-GERAL

Valter Albano da Silva

OUIDOR-GERAL

Alencar Soares Filho

CONSELHEIROS

Humberto Bosaipo

Waldir Júlio Teis

Campos Neto

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Luiz Henrique Lima

Isaias Lopes da Cunha

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Gustavo Coelho Deschamps

PROCURADOR-GERAL SUBSTITUTO

Alisson Carvalho de Alencar

PROCURADORES DE CONTAS

Getúlio Velasco Moreira Filho

William de Almeida Brito Júnior

SECRETÁRIO DE GESTÃO

Miguel Augusto de A. e Silva

EDIÇÃO

Assessoria Especial de Comunicação

COORDENAÇÃO: Américo Corrêa

GERÊNCIA DE JORNALISMO: Dora Lemes

EQUIPE: Alice Matos, Tabata Almeida e Franchesca Bogo

GERÊNCIA DE COM. INTERNA: Janayna Cajueiro

GERÊNCIA DE PUBLICIDADE: Rodrigo Canellas

EQUIPE: Doriane Miloch e Fabiane Mello

LOGÍSTICA: João Batista Rodrigues

FOTOGRAFIA: Marcos Bergamasco

(Agência Phocus)

PRODUÇÃO EDITORIAL

EDIÇÃO: Janayna Cajueiro

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Doriane Miloch

Tel.: (65) 3613-7561 / Fax: (65) 3613-7112

E-mail: imprensa@tce.mt.gov.br

Impressão: Gráfica Atalaia
Tiragem: 3.000 exemplares

PALAVRA DO PRESIDENTE

Novamente dedicamos parte de uma edição do Jornal Da Sua Conta para o Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Realizamos neste mês de junho a primeira reunião do ano de avaliação de resultados, oportunidade em que os representantes de todos os setores apresentaram e debateram as metas já alcançadas e as ações ainda em andamento, inclusive aquelas que precisam de ajustes.

Faço questão de destacar as metas voltadas para o estímulo ao controle social. Programas como o “Consciência Cidadã” e “TCEstudantil” estão cada vez mais superando as expectativas. Da mesma forma, resultados já apurados em iniciativas como o “Portal do Cidadão” revelam que o TCE-MT vem acertando no seu propósito de funcionar como instrumento de cidadania.

Esta edição também reporta a efetividade de uma ação do Tribunal de Contas, que foi a realização de audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso para debater as obras paralisadas existentes no Estado. Existem casos em que as obras estão paradas há mais de 20 anos e, agora, motivados pelo TCE, que apresentou um amplo levanta-

mento a respeito do assunto, os deputados estaduais iniciaram debate sobre as soluções para essas edificações. Afinal, é de competência do Poder Legislativo a definição das políticas públicas e, principalmente, a orientação sobre os gastos públicos quando da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Esta publicação também registra o convite que recebi para participar de audiência pública na Câmara dos Deputados onde se debate a criação do Conselho Nacional de Tribunais de Contas, o CNTC. Sempre fui defensor da criação dessa instituição, pois entendo que por princípio aqueles que atuam como fiscais também devem ser fiscalizados.

O Conselho certamente vai exercer o controle da atuação administrativa e financeira dos Tribunais, ajudar na harmonização das ações do Controle Externo brasileiro, na adoção do planejamento estratégico, apresentar recomendações e recomendar providências que somente virão a fortalecer nossas instituições.

Conselheiro Antonio Joaquim

Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso

Técnicos recebem treinamento para orientar gestores

As novas funcionalidades do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (Aplic) e as regras para remessa de informações via *internet* pelas unidades gestoras foram alguns dos assuntos abordados, no dia 10 de junho, em capacitação direcionada aos servidores da Con-

sultoria Técnica do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

O objetivo foi preparar os 14 técnicos e auditores desse setor para orientar os gestores municipais e estaduais.

A capacitação foi ministrada pelo auditor responsável pelo Aplic, Alan Pimenta

Tribunal capacita gestores da Unemat em Cáceres

Para orientar os ordenadores de despesas e técnicos das áreas de gestão, orçamento e finanças da Universidade Estadual de Mato Grosso – campus Cáceres, o TCE-MT participou do Ciclo de Aperfeiçoamento em Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil da Unemat.

As palestras foram ministradas nos dias 28 e 29 de maio pelo auditor Volmar Bucco Júnior, da Consultoria Técnica, e pelos auditores Lidiane dos Anjos Santos e Marcos José da Silva, da Relatoria do Conselheiro José Carlos Novelli, responsável pelas contas de Cáceres.

TCE ministra palestra para alunos de Administração

O Sistema GEO OBRAS – TCE/MT fiscaliza obras do Estado via satélite por meio de fotografias georreferenciadas. Para explicar a importância dessa nova ferramenta de fiscalização, o Tribunal

foi convidado pelo Instituto Cuibano de Ensino para palestrar aos acadêmicos de Administração. Informações declaratórias estão disponíveis para qualquer cidadão no site www.tce.mt.gov.br.

Presidente vai à Câmara Federal defender CNTC

Convidado pelo deputado federal Mauro Benevides (PMDB-CE), o conselheiro presidente Antonio Joaquim vai participar de Audiência Pública em Brasília para debater a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (CNTC). Benevides pre-

sidente a Comissão Especial encarregada de emitir parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional 28, de autoria do deputado Vital do Rego Filho (PMDB-PB). O evento está marcado para às 14h30 do dia 23 de junho, na Câmara dos Deputados.



TCE emite parecer favorável às contas do Governador de MT



Conselheiro Valter Albano, relator das contas do Governo

O Tribunal de Contas de Mato Grosso emitiu parecer favorável às contas de 2008 do Governo do Estado, mas com nove recomendações ao governador Blairo Maggi. Por unanimidade, o voto do conselheiro relator Valter Albano foi aprovado pelos demais conselheiros na sessão extraordinária realizada no dia 15 de junho.

O conselheiro Valter Albano fez um comparativo do resultado de gestão fiscal de 2008 com os últimos três anos. “O propósito é alertar o governador sobre urgência de instituir ferramentas que aprimorem as políticas, planos e programas compatibilizados no planejamento estratégico do Governo”. De acordo com o relatório técnico, Maggi não cumpriu todas as metas físicas previstas no Plano Plurianual (PPA) para 2008, referentes aos programas Estradeiro, Meu Lar, Obras Públicas e Infraestrutura.

Outro apontamento nas contas do Governo é a ausência de operacionalização da execução orçamentária da Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento) no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (Fiplan) – unidade que controla toda a parte financeira e orçamentária dos órgãos estaduais. O governador Blairo Maggi precisa incluir a MT Fomento no Fiplan. “O Tribunal de Contas ainda está impedido de

fiscalizar a aplicação dos recursos executados pela agência”, lamentou Valter Albano.

CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS – Em 2008, a receita total do Estado foi de aproximadamente R\$ 8,1 bilhões. Só em tributos, o Governo recolheu R\$ 4,6 bilhões, sendo o ICMS responsável por R\$ 4,1 bilhões. Em comparação a 2007, foi constatado um acréscimo de 7,30%. Já as despesas realizadas no ano passado somaram R\$ 7,9 bilhões. Desse total, R\$ 3,4 bilhões foram utilizados em pagamento de pessoal e encargos sociais, 7,25% a mais do que foi gasto em 2007.

O Estado cumpriu com os percentuais constitucionais de aplicação de recursos e limites legais de gastos. Na Educação foram investidos 25,16% da receita total proveniente de impostos estaduais, 12,82% do produto da arrecadação de impostos em Saúde e com a folha de pagamento o Governo gastou 45,10%.

O relator Valter Albano verificou ainda que houve forte concentração de recursos em gastos com pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Como exemplo, o conselheiro apontou a Secretaria de Segurança Pública, que gastou 82% do seu orçamento com pessoal e 9% em projetos de policiamento ostensivo e ressocialização de presos.

AL-MT debate obras paralisadas



O deputado Sérgio Ricardo presidiu a audiência ao lado do presidente do TCE, conselheiro Antonio Joaquim, do secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes, do procurador-geral de contas do TCE, Gustavo Deschamps, e do presidente do Crea-MT, Tarciso Bassan

Conselheiros, procuradores e auditores do TCE-MT participaram, no dia 18 de junho, de Audiência Pública na Assembleia Legislativa para debater a situação das obras paralisadas em Mato Grosso. O debate foi realizado com base no relatório elaborado pelo TCE, parcial e atualizado até junho de 2009, referentes aos serviços de engenharia inacabados de responsabilidade das Secretarias de Estado de Educação, Saúde e Infraestrutura de 1985 a 2008.

A coordenadora de Obras e Serviços de Engenharia do TCE, Narda Consuelo, explicou que o levantamento foi elaborado de acordo com as informações enca-

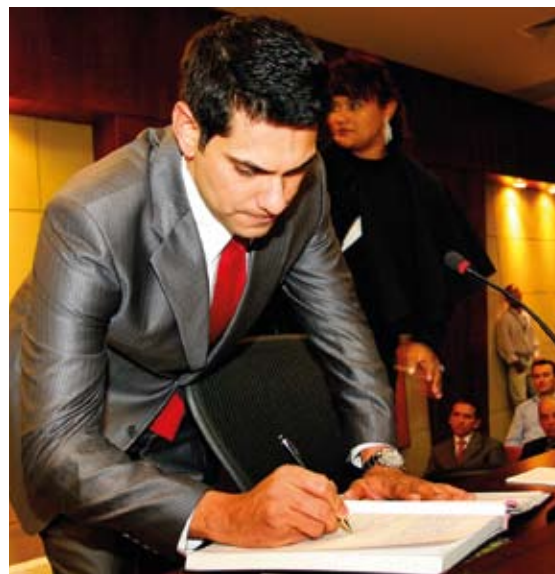
minhadas pelas secretarias. Conforme o relatório, Sinfra, Seduc e SES possuem 156 obras paralisadas em todo Estado, que somam a quantia de R\$ 1.071.681.402,00. Os dados foram contestados pelo secretário de Infraestrutura, Vilceu Marchetti, que foi solicitado pelo deputado estadual Sérgio Ricardo a dar explicações individuais sobre cada obra apontada. Marchetti antecipou que em breve encaminhará o relatório à AL.

A falta de planejamento das gestões, segundo Consuelo, é a principal razão das paralisações. “Uma obra não planejada pode gerar danos ao erário e comprometer a administração pública,

vez que são realizados aditivos e subrogações contratuais”. O presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Mato Grosso, Tarciso Bassan, alertou que o poder público precisa investir mais em estudos técnicos para evitar gastos com análises jurídicas.

Na avaliação do presidente Antonio Joaquim, o debate é válido para que sejam solucionados os problemas. “Não pretendemos responsabilizar governo, nem delimitar períodos. A competência para definir as políticas públicas é dos agentes públicos de cargos eletivos, ou seja, os poderes Legislativo e Executivo”.

Campos Neto é empossado conselheiro do Tribunal



O Pleno do TCE de Mato Grosso empossou, no dia 2 de junho, o ex-deputado Gonçalo Domingos de Campos Neto no cargo de conselheiro. Em seu discurso, o conselheiro destacou o amplo trabalho de aperfeiçoamento dos controles externo, interno e social realizado pelo TCE, o que vem garantindo a correta e eficiente aplicação do dinheiro público.

“A busca permanente pelo fortalecimento das três esferas de controle, bem como a modernização e o respeito aos princípios da transparência e da democracia participativa, vem fazendo com que esta Corte de Contas figure como uma das principais referências em controle externo de nosso País”, disse.

Aos 35 anos, Campos Neto é o mais novo conselheiro do TCE de Mato Grosso e ocupa vaga do decano conselheiro Ary Leite de Campos, que se aposentou no dia 20 de maio, depois de 23 anos de serviços prestados ao Tribunal.

Metas de incentivo ao controle social

De acordo com os dados da Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional do TCE, o “Consciência Cidadã” e o “TCEstudantil” tiveram a participação de mais de 4 mil pessoas. A expectativa era de 2,5 mil cidadãos.

Mais pessoas estão interessadas em acompanhar como são gastos os recursos públicos em Mato Grosso. Isso por que o Tribunal de Contas superou as metas fixadas para os primeiros meses de 2009, especialmente, nas ações de estímulo ao controle social. De acordo com os dados da Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional do TCE, programas como o “Consciência Cidadã” e o “TCEstudantil” tiveram a participação de mais de quatro mil pessoas em todo o Estado, sendo

que a expectativa para o período era de alcançar pouco mais de 2,5 mil cidadãos.

O aumento do interesse popular também pode ser percebido pela quantidade de acessos ao Portal do Cidadão, uma ferramenta do site do TCE (www.tce.mt.gov.br) que disponibiliza informações sobre receitas dos municípios, despesas e andamento de obras públicas, dentre outros dados sobre a gestão dos recursos públicos. Foi constatado um crescimento de 17,9% no número de acessos mensais ao seu portal. Desde sua criação, no final de 2008, o site já recebeu mais de 23 mil visitas. “O portal é uma ferramenta poderosa de controle, que pode ser utilizada por qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo”, observou o conselheiro presidente do TCE, Antonio Joaquim.

Ele citou ainda o trabalho do Tribunal de Contas como guardião dos recursos públicos, colocado em prática por meio de medidas cautelares adotadas pelo órgão. Nesse ano já foram aprovadas cinco cautelares, suspendendo procedimentos irregulares de licitação e até a contratação de

funcionários públicos. “São ações efetivas para prevenir prejuízos aos cofres públicos e, consequentemente, ao povo”, concluiu o presidente.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – Os objetivos estratégicos do TCE-MT, validados pelos conselheiros em fevereiro, já obtiveram resultados nos meses de março, abril e maio. Os mesmos foram apresentados em reunião realizada no dia 10 de junho, no auditório da Escola Superior de Contas. Mais da metade das metas apresentadas pelas equipes de líderes já foram alcançadas.

Contribuir para a efetividade das políticas públicas foi o primeiro objetivo sob a perspectiva da sociedade a ser avaliado. Com o lançamento do Portal do Cidadão e a implantação do processo de recomendação e acompanhamento das políticas públicas nas contas de governo e gestão, apenas a implantação da auditoria de qualidade de obras rodoviárias e a atualização dos dados e divulgação dos resultados da avaliação de políticas públicas estão em andamento. A medida de fortalecer a credibilidade do TCE



O assessor Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional do TCE, Florian Grzybowski, durante reunião de avaliação do Plano Estratégico

Lei exige receitas e despesas das contas públicas na internet



O presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim

A Lei Federal 131/09, que acrescenta dispositivos a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, agora exige: todos os órgãos e entidades públicas da União, Estados, Distrito Federal e municípios deverão publicar as receitas e despesas públicas em tempo real na *internet*. O TCE de Mato Grosso, que já disponibiliza informações completas sobre licitações, pessoal e patrimônio público por meio do Portal do Cidadão desde o início do ano, notificou o Governo do Estado e os as 141 prefeituras mato-

grossenses sobre essa obrigatoriedade.

Municípios com mais de 100 mil habitantes têm um ano, a partir da data de publicação da nova lei (27.05), para disponibilizar as informações. Em Mato Grosso, três cidades se enquadram nesse perfil: Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis. Aqueles com população entre 50 mil e 100 mil habitantes terão dois anos para se adequar. Já as cidades menores, até 2013. Os gestores que não atenderem às novas exigências no período determinado estão sujeitos a não receber nenhum tipo

de transferência voluntária ou repasse de recursos de convênio e afins, o que impactaria diretamente na realização de ações e obras nos estados e municípios.

O Tribunal de Contas já exigia dos gestores municipais uma prestação de contas até mais completa do que determina a nova lei. A diferença é que agora os dados não poderão mais ser repassados posteriormente, mas sim em tempo real. Essa mudança fará do Portal do Cidadão (www.tce.mt.gov.br) uma ferramenta ainda mais poderosa para o controle social.

previstas para 2009 já foram superadas



como guardião da gestão dos recursos públicos está em constante crescimento, já a de incentivar o controle social ultrapassou todas as expectativas do trimestre.

Na perspectiva dos recursos públicos – que visa a melhoria do controle externo – as metas são garantir a celeridade e qualidade na emissão de pareceres e nos julgamentos das contas públicas e, ainda, coibir erros, fraudes e desvios nos atos de gestão dos administradores públicos. De acordo com a secretária de Coordenação Técnica da Presidência do TCE, Risodalva de Castro, com o início

do julgamento das contas do exercício de 2008 em maio, até dezembro todos os 667 balanços anuais serão apreciados. “Dos seis objetivos previstos nessa área, quatro já foram alcançados. Uma das metas a serem alcançadas, é a emissão de relatórios e votos informatizados. Para isso, estamos contando com o apoio da Coordenadoria de Tecnologia de Informação do TCE”, completou a secretária.

Na perspectiva dos fiscalizados, contribuir para a melhoria da eficiência administrativa dos gestores, da qualidade dos serviços e do relacionamento com os fis-



calizados são as medidas a serem tomadas pelo Tribunal de Contas. Os seis eventos do “Ciclo de Capacitação aos Jurisdicionados” já realizados foi um dos resultados apresentados. Outros dois, voltados aos gestores de Água Boa (23/06) e São Félix do Araguaia (25/06) e municípios circunvizinhos já estão programados. De acordo com Marina Spinelli, da Escola Superior de Contas, 18 cursos foram promovidos até o mês de maio, o que contou com a participação de 942 gestores. “Para o segundo semestre do ano, vamos propor a realização de capacita-

ções temáticas. E esse número, até dezembro, deverá ser ainda maior”, observou Marina.

A avaliação dos resultados do Plano Estratégico de 2009 foi encerrada com a apresentação das medidas sob a perspectiva de processos internos e do aprendizado e da inovação, cujos objetivos são aprimorar a gestão do TCE-MT visando a excelência e melhorar a competência profissional e gerencial, além de promover a valorização e o comprometimento dos servidores. A maioria dessas medidas também foi cumprida.

Como o TCE-MT fez?



A publicação dos objetivos estratégicos do TCE foi distribuída aos líderes durante a reunião de avaliação no dia 10 de junho

No segundo semestre de 2000, o TCE-MT elaborou seu primeiro planejamento estratégico para definir a identidade organizacional, metas e estratégias para o exercício de 2001. Na ocasião, o órgão havia sido recentemente incluso no projeto de modernização da Secretaria de Estado de Fazenda, no contexto do Programa Nacional de Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE.

Durante o biênio 2002-2003 o planejamento estratégico priorizou e ações voltadas para a melhoria dos métodos de

auditoria e revisão geral das rotinas de trabalho. A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), nesse momento, conduziu um movimento para implantação de um Programa de Modernização dos TCs (Promoex). O foco da modernização, em 2004-2005, passou a ser a reestruturação organizacional, ou seja, a redefinição das competências institucionais de cada unidade de trabalho.

Realinhado e com objetivos e metas propostos, foram elaborados os projetos e planos de ação do Planejamento Estratégico no início de 2006. Entre 2006 e 2007, foi implantada a sistemática de acompanhamento e avaliação das metas

e estratégias planejadas para o período. Adotou-se a metodologia participativa com envolvimento dos responsáveis pelas medidas dos planos e respectivos indicadores.

Em 2008 foi incorporado ao processo de planejamento a metodologia de gestão do desempenho, conhecida como Balanced Scorecard – BSC, com a definição de objetivos, indicadores e metas a serem atingidas agrupados em dimensões estratégicas. O embasamento teórico pautou-se nos princípios da administração ge-

rencial – visa as necessidades do cidadão, descentralização e objetivos traçados com indicadores de desempenho, em substituição à administração burocrática – marcada pela inflexibilidade e ausência de clareza na definição dos objetivos.





Licitações e contratos são os temas abordados pelo auditor substituto de conselheiro, Luiz Henrique Lima, nas capacitações do TCE

Tribunal realiza capacitação de gestores em Água Boa e São Félix do Araguaia

Os municípios de Água Boa e São Félix do Araguaia vão sediar outras duas edições do Ciclo de Capacitação dos Jurisdicionados, respectivamente nos dias 23 e 25 de junho. O mesmo evento já foi realizado em Cuia-bá, Várzea Grande, Diamantino, Sinop, Alta Floresta e Lucas do Rio Verde. A proposta do Tribu-

nal de Contas é coibir as falhas de gestão, bem como minimizar as irregularidades nas prestações de contas.

Os gestores vão aperfeiçoar os conhecimentos e informações em Planejamento, Licitação, Controle Interno, Regime Próprio de Previdência e Contas de Governo e de Gestão. Entre prefeitos, ve-

readores, secretários e técnicos, a expectativa é reunir mais 650 pessoas em ambos os eventos.

O Ciclo será realizado no plenário da Câmara Municipal (Rua Nove, nº.485 – Centro) em Água Boa e no auditório do Centro Comunitário (Av. Araguaia, 50 – Centro), em São Félix do Araguaia.

Qualidade das obras rodoviárias do Estado serão fiscalizadas pelo TCE

Além de fiscalizar os aspectos da legalidade nas licitações, pagamentos e conclusão de obras, o Tribunal de Contas de Mato Grosso também irá checar a qualidade das pavimentações do Estado. O primeiro levantamento técnico feito pela equipe de engenheiros do TCE-MT foi entregue pelo conselheiro presidente Antonio Joaquim ao governador Blairo Maggi e ao secretário de Estado de Infraestrutura, Vilceu Marcheti, no dia 3 de junho.

Ao analisar, no mês de maio, o asfaltamento da MT 480 - trecho de 20,67 km entre Rio Sepotuba e

A construtora responde pela solidez e segurança da obra durante os cinco primeiros anos. Nesse período, qualquer reparo isenta custos ao Estado

Serra dos Parecis, região de Tangará da Serra - a equipe do TCE-MT constatou as péssimas condições do asfalto. Um serviço mal executado por se tratar de obra concluída em apenas dois anos.

De acordo com o novo Código Civil, a construtora responde pela solidez e segurança da obra durante os cinco primeiros anos. Em casos de danos e deterioração da pavimentação nesse período, o TCE irá propor notificação à construtora que executou o serviço para que sejam feitos os reparos necessários. Tudo sem nenhum custo ao Estado.

Construção de praça em Tapurah é suspensa

Na sessão do dia 9 de junho, o Tribunal de Contas determinou a suspensão da construção de praça pública no município de Tapurah. A prefeitura também está proibida de efetuar pagamento à construtora Intal Indústria Tapurense de Lajotas. A equipe de auditoria do TCE confirmou a denúncia de que o

ex-gestor teria pago R\$ 96,5 mil por serviços não realizados. O proponente da medida, conselheiro Valter Albano, completou que há fortes indícios de uso indevido de recursos públicos, antecipação de pagamentos e emissão irregular de notas fiscais. A decisão vigora até o julgamento de mérito da denúncia.

TCE determina concurso público na Sejusp



A medida cautelar foi proposta pelo conselheiro Humberto Bosaipo, relator das contas da Sejusp

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública está proibida de realizar novas contratações de pessoal ou de prorrogar as já existentes. As vagas devem ser preenchidas com a realização de um concurso público, no prazo máximo de 12 meses. A determinação é do Tribunal de Contas de Mato Grosso, que aprovou uma Medida Cautelar na sessão plenária do dia 02 de junho. O TCE verificou

que 634 funcionários foram contratados ilegalmente e que outros 45 servidores trabalham no órgão em funções que exigem concurso público. Além disso, existem 144 funcionários em desvio de função na secretaria. O atual secretário de Justiça e Segurança Pública, Diógenes Curado, tem 30 dias para apresentar documentos que comprovem a adoção das primeiras providências.

Parceria entre TCE e CDL visa o incentivo ao controle social

Com a finalidade de divulgar as decisões do Tribunal de Contas de Mato Grosso disponibilizadas no Portal do Cidadão ao segmento comercial e empresarial do Estado, o conselheiro presidente Antonio Joaquim assinou, no dia 16 de junho, termo de cooperação junto ao presidente da Câmara

dos Dirigentes Lojistas de Cuiabá, José Alberto Vieira de Aguiar.

Via e-mail, o TCE irá enviar ao CDL as informações sobre o julgamento das contas públicas em forma de notícia. Os dados serão encaminhados aos associados da entidade e disponibilizados no site da instituição.

O Tribunal já atua em conjunto com outras 17 instituições federais, estaduais e organizações não-governamentais. A Secretaria de Articulação Institucional é a unidade do TCE responsável pela garantia da eficácia das parcerias e as demais, pelo acompanhamento e avaliação dos resultados.

OBJETIVO DA PARCERIA	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
1 – Sistemas: Visam o intercâmbio de informações eletrônicas que contribuam com a qualidade do controle externo;	- Seduc-MT, Jucemat, Sefaz-MT, Caixa Econômica Federal, Crea-MT e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);
2 – Controle Social: Objetiva o estímulo ao exercício da cidadania e do controle social dos recursos públicos dos diversos segmentos da sociedade civil organizada;	- CDL, CRA, CRC, AL-MT, MPE, CGU, UNID-Inclusão Digital*, Defensoria Pública, União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (Ucmmat), Seduc, Sefaz e Crea-MT;
3 – Integração: Visa o fortalecimento da fiscalização efetiva do erário e patrimônio público mediante ações integradas;	- Ministério Público Estadual (MPE);
4 – Capacitação: Objetiva o aperfeiçoamento contínuo dos servidores para o alcance de melhores resultados em ações de fiscalização da gestão pública;	- Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairros (Femab-MT), CGU, UNID e UFMT;
5 – Comunicação: Visa o suporte às ações de transparência dos resultados do controle externo nas mídias disponíveis;	- Assembleia Legislativa (AL-MT);
6 – Cidadania: Objetiva a divulgação da importância da qualidade de vida, pleno exercício da cidadania e responsabilidade social aos servidores do TCE-MT;	- Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de deficiência (Conade);
TOTAL	18 PARCEIROS

* O UNID atua em parceria a ONG Nossa Gente Nossa Terra;

Tribunal de Mato Grosso já utiliza 20 dos 25 aspectos de TI sugeridos pelo PROMOEX

O TCE-MT já utiliza 20 dos 25 aspectos de Tecnologia da Informação sugeridas a todos os Tribunais de Contas do país pelo Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Até o final do ano, outros 4 devem ser implantados.

“Aqueles utilizados mas não concluídos totalmente, estão adiantados em mais de 50%. Dois só estão aguardando a formalização da política de TI, que já foi elaborada”,

HelpDesk e Banco de Dados são alguns dos aspectos já conquistados

informou o coordenador de Tecnologia da Informação do TCE-MT, Carlos Campelo. Ferramenta de monitoramento de ativos e de conteúdo WEB, HelpDesk, banco de dados e tecnologias para o desenvolvimento de sistemas são algumas

dos aspectos conquistados. “Sugestão não é regra, mas se Mato Grosso quer ser referência nacional em controle externo, suas unidades, dentro de suas funções, também devem buscar a excelência”, concluiu.

Os aspectos surgiram de pesquisa realizada pelo Centro de Processamento de Dados e Auditoria de Sistemas Computadorizados (Cedasc/TCE-BA). Dezesete TCs responderam às perguntas-chaves das áreas de Gerenciamento e Segurança, Infraestrutura e Desenvolvimento de Sistemas.

ARTIGO

Transparência agora é Lei

No dia 28 de maio de 2009 entrou em vigor a Lei Complementar nº 131, que determina a disponibilização, em tempo real e em meios eletrônicos de acesso ao público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira de todos os entes da Federação. Em resumo, a lei determina que os gestores dêem total transparência em seus gastos públicos. Tendo acesso às informações sobre os gastos públicos, o cidadão poderá exercer de maneira efetiva o controle social dos atos da administração pública e, assim, contribuir para o controle externo realizado pelo Tribunal de Contas.

A lei dispõe que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios com mais de 100 mil habitantes terão o prazo de 01 ano para implementarem a divulgação, em tempo real, de todas as suas despesas e receitas. Os Municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes terão o prazo de 02 anos e, por fim, os municípios, com população inferior a 50 mil habitantes terão o prazo de 03 anos. Deste modo, no dia 28 de maio de 2012, a União, o Distrito Federal, os 26 Estados e os 5562 municípios terão a obrigação de disponibilizar na internet todos os atos referentes a receitas, despesas e licitações, devendo informar quais bens e serviços estão sendo adquiridos, os valores pagos e quem são os beneficiários dos pagamentos.

Caso algum governante deixe de prestar estas informações, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato po-

derá denunciar ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público de Contas, para que sejam tomadas as devidas providências. Os governantes que não fizerem esta divulgação não poderão receber transferências voluntárias de recursos da União ou dos Estados.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) já vem dando o seu exemplo, pois divulga na internet todas as suas receitas e despesas e exige que todos os gestores públicos do Estado forneçam ao Tribunal as informações referentes às suas receitas, despesas e obras públicas. Trata-se do “Portal do Cidadão”,

que pode ser acessado no site www.tce.mt.gov.br, onde qualquer cidadão pode fiscalizar se o prefeito de sua cidade está aplicando corretamente o dinheiro advindo dos impostos.

Detectando irregularidade nas receitas ou despesas públicas, o cidadão pode denunciar à Ouvidoria do TCE ou ao Ministério Público de Contas, por meio do site, pelo Disque-Denúncia 0800-6472011, pelo e-mail ouvidoria@tce.mt.gov.br ou pelo correio. O denunciante não precisa se identificar.

A partir de agora, você, cidadão, é o fiscal da aplicação dos recursos públicos. Exerça efetivamente a cidadania, fiscalizando e denunciando eventuais irregularidades.

WILLIAM BRITO

Procurador de Contas do Ministério Público de Contas do TCE de Mato Grosso



Novo complexo de apoio humano foi entregue aos servidores do TCE



O presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, apresentou no dia 9 de junho o novo complexo da Coordenadoria Geral de Apoio Humano. Com salas para aulas de canto e violão, atendimento médico especializado e consultórios odontológicos, a unidade possui uma área total de 870 m².

“O objetivo é melhorar as condições de trabalho e do atendi-

to aos servidores”, disse Antonio. Ao todo, foram entregues 18 salas e consultórios para atender aproximadamente 800 servidores, entre funcionários efetivos, comissionados, prestadores de serviços e inativos. As Coordenadorias Adjuntas de Saúde, Fomento à Cultura e Assistência Social também integram a Coordenadoria Geral de Apoio Humano.

O conselheiro presidente Antonio Joaquim (1) apresentou as novas salas (2) e consultórios (3) aos demais conselheiros e servidores do TCE

TRIBUNAL EM OBRA

>> Em outubro passado, após a entrega do “Edifício Marechal Rondon” para a ocupação dos conselheiros, secretarias de controle externo e servidores, foi iniciada a construção dos gabinetes do Ministério Público de Contas e dos auditores substitutos de conselheiro, entregues em fevereiro. A segunda etapa da reforma garantiu, no mês de abril, a reacomodação de outras sete unidades da área de gestão do TCE-MT.

>> Até o mês de julho, está prevista a entrega do novo restaurante e da Assessoria de Comunicação do TCE. O refeitório terá 410 m² (o dobro do atual). Os móveis, equipamentos de trabalho e utensílios em geral foram adquiridos mediante licitação. A estrutura da Assessoria inclui salas amplas e singulares e estúdios equipados e isolados acusticamente para a TV Contas e a Rádio TCE.

>> Já o antigo plenário do TCE-MT está sendo transformado em um Centro Cultural com acústica, iluminação e equipamentos de áudio e vídeo de última geração. Com capacidade para 180 pessoas, o espaço será destinado a apresentações teatrais, musicais, cinema, bem como para a realização de conferências, palestras educativas e reuniões. A entrega da obra está prevista para o mês de outubro.

>> Toda a reforma e reestruturação das novas instalações do Tribunal de Contas estão orçadas em R\$ 1,5 milhão. Nesse total, estão inclusas verbas do orçamento anual e do fundo de reaparelhamento do TCE (Fundecostas). O fundo recebe recursos provenientes de multas aplicadas aos jurisdicionados e também de convênios, como o firmado com o Banco do Brasil para a construção do Centro Cultural do Tribunal, no valor de R\$ 800 mil.



EM TEMPO

CORPO TÉCNICO DO TCE EM CAPACITAÇÃO

Direcionada aos conselheiros, procuradores de contas e servidores da área técnica do TCE-MT, foi iniciada as aulas da segunda turma do MPA em Direito do Estado e Administração Pública com ênfase em Controle Externo. Com o tema “Novos Desafios para os Tribunais de Contas”, o professor doutor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Sérgio Guerra, proferiu a aula inaugural da pós-graduação no dia 3 de junho.

INCENTIVO A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS

Em parceria com a Central Estadual de Transplante da Secretaria de Estado de Saúde, o Tribunal de Contas de Mato Grosso promoveu no dia 2 de junho Campanha de Doação de Órgãos e Tecidos. Os servidores receberam panfletos sobre quais órgãos humanos podem ser doados e como ocorrem os transplantes em Mato Grosso e no Brasil.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO FOI TEMA DE PALESTRA

Organizar as finanças pessoais para uma melhor qualidade de vida familiar. Foi esse o objetivo da palestra “Planejamento Financeiro Pessoal” realizada no dia 9 de junho, no auditório da Escola Superior de Contas. O facilitador da Trader Capital Investimentos, Denílson Post, demonstrou como é possível aplicar estratégias de administração de finanças no dia-a-dia.

BIBLIOTECA DO TCE JÁ PODE EMPRESTAR LIVROS

Os servidores do TCE-MT já podem efetuar empréstimo domiciliar do acervo de livros da Biblioteca “Poeta Silva Freire”. Basta efetuar cadastro mediante apresentação de documentos pessoais na própria recepção da Escola Superior de Contas. Com estrutura para se tornar um importante espaço de estudo e pesquisa, a biblioteca possui 300 títulos.